

## Maria do Carmo Silveira: o que esperar do seu mandato na CPLP?

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

A próxima secretária executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) será Maria do Carmo Silveira, tal como foi oficialmente assumido pelo primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada.<sup>1</sup>

Confirma-se, deste modo, o nome que foi referido com alguma insistência na comunicação social lusófona, aquando da XIV reunião extraordinária do conselho de ministros da CPLP que decorreu a 17 de Março em Lisboa. Recorde-se que foi nesta ocasião que se encontrou uma solução interina para o diferendo que opunha Portugal a diversos Estados-membros da CPLP. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, entendia que, ao abrigo do princípio da rotação alfabética, era a vez de Portugal nomear o próximo secretário executivo. Porém, diversos Estados-membros notaram que, sendo a sede da CPLP em Lisboa, alegadamente teria ficado definida—aquando da criação da organização em 1996—a regra não escrita de que Portugal não seria incluído na rotação

para a nomeação do secretário executivo.<sup>2</sup> Confrontados com uma situação de bloqueio e correndo o risco de perder o controlo às proporções de uma crise política que ninguém sabia como poderia terminar, na altura os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP concordaram em inverter excepcionalmente a ordem alfabética de rotação, deixando para momento posterior a clarificação definitiva desta questão. Assim, São Tomé e Príncipe indicaria de imediato um nome para o secretariado executivo e ocuparia esse

<sup>1</sup> “Maria do Carmo Silveira, próximo secretária - executiva da CPLP” (*Voz da América*, 4 de Maio de 2016).

<sup>2</sup> Até ser colocada esta questão, tal como outros intervenientes, Portugal não tinha conhecimento desta regra: “o Governo português não tem conhecimento dessa disposição”, afirmou uma fonte diplomática. Ver Nuno Ribeiro, “Portugal desconhece norma que inviabiliza candidatura a secretário-executivo da CPLP” (*Público*, 7 de Março de 2016). O primeiro secretário executivo da CPLP, Marcolino Moco, disse desconhecer “qualquer acordo verbal” discutido em 1996 que impossibilitasse Portugal de escolher um nome para o cargo. “Marcolino Moco desconhece acordo que impede Portugal de ter secretário-executivo da CPLP” (*Lusa*, 7 de Março de 2016). Posição idêntica foi assumida também por Carlos Veiga, antigo primeiro-ministro de Cabo Verde aquando da criação da CPLP. “Carlos Veiga diz desconhecer acordo sobre secretário-executivo da CPLP” (*Lusa*, 16 de Março de 2016).

cargo nos próximos dois anos e depois Portugal suceder-lhe-ia por mais dois anos.<sup>3</sup>

Como agora se confirmou, a opção do primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe recaiu de facto em Maria do Carmo Silveira, proposta que será certamente validada sem problemas na XI conferência de Chefes de Estado e/ou de Governo que, salvo alteração de última hora, decorrerá em Brasília no próximo mês de Junho.

Maria do Carmo Silveira é a governadora do Banco Central de São Tomé e Príncipe desde 2011—tendo anteriormente ocupado a mesma função entre 1999 e 2005—e tem um currículo político e profissional invejável. Acresce que além de governadora do Banco Central, foi igualmente primeira-ministra, entre 2005 e 2006, em nome do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)—partido de que é militante—cargo executivo que ocupou conjuntamente com o de ministra das Finanças. Portanto, como se constata, experiência política e profissional ao mais alto nível não lhe falta. Mas será o suficiente para a qualificar para a exigente posição de secretária executiva da CPLP?

O passado e o futuro prometem não lhe facilitar a vida, certamente. De facto, o legado que lhe deixa Murade Murargy, o ainda secretário executivo da CPLP, é desastroso. Maria do Carmo Silveira encontrará na CPLP feridas e divisões

de que não há memória nos mandatos dos secretários executivos que antecederam Murargy e para as quais, por acção ou omissão, o próprio muito contribuiu. De facto, em 20 anos de história da CPLP, o que se constata é que os momentos mais tensos e de maior risco de crise política ocorreram todos durante os quatro anos do turno do actual secretário executivo. Não deixa de ser irónico que, sendo Murargy um diplomata, por vezes a sua conduta se tenha assemelhado mais à de um pirómano.

Terá Maria do Carmo Silveira a sensibilidade e a capacidade para sarar estas feridas?

No mínimo, tendo em conta a sua experiência de vida e política, nada aponta em sentido contrário. Será certamente um dos dois grandes desafios que lhe vão marcar o mandato no próximos dois anos. A CPLP necessita de prosseguir o seu caminho de aprofundamento institucional, naturalmente, mas as divergências do passado não podem voltar a repetir-se, caso contrário será o seu próprio futuro que estará em causa.

Por outro lado, um pouco por todo o espaço da lusofonia, Maria do Carmo Silveira encontrará focos de potencial tensão política. A sucessão de José Eduardo dos Santos em Angola, a situação na Guiné-Bissau, a integração por fazer da Guiné Equatorial na CPLP, o contexto conturbado em Moçambique, entre outros, são apenas alguns dos exemplos possíveis de crises que espreitam uma oportunidade para eclodir. Ao contrário de Murargy em relação à Guiné-Bissau, ou na gestão do roteiro de integração da Guiné Equatorial na CPLP, espera-se que a futura secretária executiva assuma uma posição mais activa e de maior bom senso.

Por último, mas não em último, Maria do Carmo Silveira terá uma outra batata quente nas mãos. Nada mais nada menos do que a implementação da agenda para o futuro, i.e. “A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)”, a aprovar na cimeira de Brasília. A futura

---

<sup>3</sup> A evidente cedência portuguesa, depois de anteriormente ter assumido uma posição muito vinculada, foi explicada na altura por Augusto Santos Silva—adiantando ser uma proposta conjunta de Portugal e de Angola—do seguinte modo: “constatámos que como a próxima presidência, que é por dois anos, é brasileira, entre 2016 e 2018, se o próximo secretário-executivo fosse português, pela primeira vez na história da CPLP nenhum país africano de língua portuguesa teria responsabilidades ou ao nível da presidência ou do secretariado executivo. E entendemos que essa questão era facilmente ultrapassável trocando a ordem entre Portugal e São Tomé e Príncipe. Portanto, São Tomé e Príncipe, que aliás já apresentou a candidatura, poderia ficar em 2016-2018, quando o Brasil tem a presidência, e Portugal ficará no biénio seguinte, quando a presidência tornar a ser, muito provavelmente, de um país africano”. Ver “Santos Silva explica-se sobre cedência de Portugal na CPLP” (*Lusa via Observador*, 17 de Março de 2016).

secretária executiva, para ter êxito, terá de envolver todos os Estados-membros nesse projecto. A presidência brasileira que em breve terá início, poderá ser a oportunidade para um importante *reset* que coloque tudo a zeros e que envolva mais o Brasil na CPLP. Não será fácil, dado o reiterado desinteresse do Itamaraty na CPLP, bem como a conturbada situação política que se vive no Brasil.

Que não haja, no entanto, dúvidas: sem o empenho activo—e a

convergência de objectivos—de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal, a CPLP dificilmente progredirá e “A Nova Visão Estratégica” será um nado-morto inevitável.

Como notou um dia José Ortega y Gasset, “eu sou eu e a minha circunstância”. Maria do Carmo Silveira herda um pesado legado e terá pela frente desafios muito difíceis que a limitam, mas a forma como fará a gestão da sua envolvente é da sua única e exclusiva responsabilidade.

IPRIS  
Comentário  
50

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança  
(IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.  
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos  
autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.